

ACTA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 29 DE ABRIL DE 2011

----- No dia vinte e nove do mês de Abril do ano de dois mil e onze reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia, Mário Fonseca e secretariada por Maria de Lurdes Castro e Mário Sérgio Cunha com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- 2 - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- 3 - Documentos de Prestação de Contas do ano de 2010; -----

----- 4 - Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais; --

----- 5 - Empréstimo a longo prazo até 1.578.255,00€ destinado a investimentos contratados com a gestão do Programa Operacional da Região Norte; -----

----- 6 - Relatório anual de actividades e avaliação da Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens.-----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma hora e trinta minutos tendo respondido à chamada: Joaquim Almeida Santos, Carlos Manuel Soares Nunes, Joaquim Silva Cardoso, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada, Joaquim José da Silva Rocha, Ricardo Jorge de Sousa Oliveira, João Carlos Pinto Correia, Manuel Campos de Sousa Neto, José Manuel Gonçalves, Maria de Lurdes Oliveira de Castro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Joaquim José Correia Bessa, José Bernardino Pinto Nogueira, José Augusto Campos Barros, Ana Margarida Morais da Silva Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, António Filipe Cardoso Barbosa, Rui Filipe Ribeiro Magalhães, Branca Cecília Vieira de Sousa, Francisco Xavier Teixeira Pires, José Moreira Morais presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga, Manuel da Silva Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Sandra Teixeira representante Legal da presidente da Junta de Freguesia de Boim, Eduardo António Taveira presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luís Meireles presidente da Junta de Freguesia de Covas, José Manuel Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras, Antero Pinto Leal presidente

da Junta de Freguesia de Lodares, Manuel Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada (São Miguel), Amâncio Augusto Santos, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa, Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, José Luís Pacheco presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias, Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Carlos Manuel Fernandes presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Joaquim Queirós presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém e Mário Fernando Ribeiro Pacheco da Fonseca, num total de trinta e nove membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara, e os senhores vereadores, Leonel Vieira, Pedro Machado, Cristina Moreira, Maria Cândida Barreira, Eduardo Vilar e Agostinho Gaspar. -----

----- O Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O senhor presidente da Assembleia começou por informar que José Augusto Campos Barros substituíra o membro Vanda Bragança que comunicou uma ausência por dez dias, Manuel Campos de Sousa Neto substituíra o membro Maria Emilia Gonçalves Nunes Chamusca que comunicou uma ausência por trinta dias, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira substituíra o membro Cristóvão Ribeiro que comunicou uma ausência por trinta dias, uma vez que o candidato imediatamente a seguir na ordem da lista, Virgínia Monteiro, não se encontrava disponível. A presidente da Junta de Freguesia de Boim estava representada pelo seu representante legal Sandra Maria Ferreira Teixeira. Esclareceu ainda que foi verificado que o art.º 11º (Comissões Concelhias de Saúde), do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde foi revogado pelo Decreto-Lei nº 222/2007 de 29 de Maio, e que este diploma estabeleceu uma composição diferente para conselho consultivo, sendo assim dispensável o representante indicado pela Assembleia. -----

----- De seguida foi posta à discussão a acta da sessão ordinária de dezoito de Fevereiro de dois mil e onze. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia passou-se à votação da acta da sessão de dezoito de Fevereiro 2011, que foi aprovada por trinta e três votos a favor e seis abstenções dos seguintes membros: José Campos de Barros, Manuel Campos Sousa Neto, Ricardo Jorge Oliveira, Carlos Manuel Nunes, José Manuel Gonçalves e Joaquim José Bessa. -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e sete minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Filipa Maria Ventuzelos. -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e nove minutos quando deram entrada nesta Assembleia os seguintes membros: Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Jorge Simão Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos e Francisco Mendes presidente da Junta de Freguesia de Barrosas (Santo Estêvão). -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Senhor presidente desta Assembleia, senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhora e senhores vereadores, senhores deputados desta Assembleia, público e comunicação social. Sendo o IC25 uma das principais portas de entrada para quem nos visita, inclusivamente nos diversos eventos culturais, desportivos, entre outros em que a Câmara tanto aposta, e muito bem. Uma das situações que não abona favoravelmente é a existência de vários animais ou o que deles restam em avançado estado de decomposição que se podem encontrar nas bermas e até no centro da via deste itinerário complementar, que faz a ligação entre a A42 e a A4 e aqui, compete referir, dentro da área do nosso concelho. A CDU-Lousada apela ao executivo que tome as medidas que achar necessárias para com este atentado à saúde pública e para que os utentes da referida via, na prevenção de menos acidentes, a que infelizmente este itinerário é tão propenso, tomando as devidas diligências, quer na entidade competente, EP- Estradas de Portugal ou com as concessionárias da auto-estrada, BRISA e ASCENDI, ou em último recurso a remoção dos mesmos através da administração directa, periodicamente. Outro assunto de interesse é o grande problema da época que se avizinha, são os fogos florestais e que é premente a sua prevenção. No que reporta a esta situação e por haver um grande corte orçamental da administração central,

perguntava ao senhor presidente: quais as medidas que estão a ser tomadas pela Câmara Municipal e quais as parcerias, se é que existem, entre as edilidades como os bombeiros, protecção civil, GNR, com as Juntas de Freguesia entre outras entidades? Para que não aconteça como no ano transacto em que houveram dias que no nosso concelho e nos concelhos limítrofes quase não se podia respirar.» -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “Comemorou-se há dias a passagem de mais um ano de um acontecimento de que os portugueses em geral e as forças armadas em particular, se podem orgulhar, fundamentalmente porque, na minha opinião e na de grande maioria dos portugueses, ofereceu a Portugal a democracia e, portanto a liberdade, nas suas diversas vertentes. E só isto constituiu um marco indelével na história do país, por muito que alguns, saudosos do passado talvez pelos proveitos com ele auferidos, tentem denegrir a imagem, a realidade e mesmo a verdade de um movimento histórico e, fundamentalmente, dos que o planearam e concretizaram: as forças armadas, então sim, o espelho do povo de onde emanaram. Esta intervenção é uma realidade que a história nunca apagará, sendo mais fácil, como alguns parecem apostados em fazer, pouco a pouco ir procedendo à sua eliminação, talvez com receio de que, contrariamente ao habitual, a história se repita. É indiscutível e mesmo lógico que, no quadro actual, e refiro-me ao enquadramento político europeu, nunca tal seria possível, mas que haja tal receio, até se compreende. E refiro-me aos responsáveis pelos loucos desvarios da autoria de muitos políticos, e não só, e em que os últimos governos foram a cereja no topo do bolo. Mas numa democracia, muito embora por vezes mais formal do que real, ninguém, repito, ninguém pode defender o recurso a qualquer tipo de força, a não ser a força do voto, força essa que os portugueses tanto têm desprezado. Infelizmente, na minha modesta opinião, alicerçada no que me foi dado conhecer do que antecedeu e do que se seguiu à chamada “Revolução dos Cravos”, nem tudo foi positivo, há honestamente que reconhecer, nos tempos que se seguiram, por as consequências terem com uma velocidade estonteante, ultrapassado o âmbito do que esteve no cerne do que muitos definem como um “golpe de estado” e não de revolução, opinião de que comungo, ou seja, uma questão de carácter corporativo. Isto de modo algum significa que, ainda no período do planeamento, não houvesse já militares, e mesmo civis, preparados para tirarem partido político, e não só, do eventual e previsto êxito da

intervenção militar, tendo em vista benefícios meramente pessoais e de grupos, o que foi extraordinariamente facilitado pela inexperiência política e mesmo ingenuidade da quase totalidade da classe militar. E assim situações e acontecimentos que de modo algum se enquadravam no propósito, pelo menos inicial, da grande maioria dos principais responsáveis e outros colaboradores na intervenção armada, se corporizaram. E deste modo se iniciou, aqui sim, uma autêntica revolução, afectando a economia, as finanças, a segurança, a propriedade privada, a educação e acima de tudo a natureza da actividade política, na sequência da queda de uma ditadura de dezenas de anos, que a quase totalidade dos portugueses apoiou. E de tudo isto, resultou o surgir, a par de personalidades de indiscutível capacidade e honestidade política e intelectual, oriundas de diversos e diferenciados quadrantes, de grande número de oportunistas políticos e não só, desprovidos de qualquer tipo de dignidade, do que resultou uma situação verdadeiramente caótica, só parcialmente regularizada tempos depois, e mais uma vez pela intervenção das forças armadas, contando com um apoio extraordinário do povo. Mas um outro facto político dos acontecimentos decorreu: o que algumas forças e entidades políticas convencionaram designar por “descolonização exemplar” e que sem receio de qualquer espécie, designo por exemplar, isso sim, traição a dezenas de milhares de portugueses e de cidadãos nativos – por muito considerados também portugueses – a quem fora garantida a segurança e que vítimas dum procedimento que considero uma das maiores vergonhas da história deste país, foram dizimados de forma, traiçoeira, assassina, atroz e sanguinária. E por responsabilidade directa daqueles em que confiaram. Mas para ninguém tire conclusões precipitadas ou mesmo mal intencionadas, a afirmação de que na opinião de muitos e credenciados analistas de situações desta natureza, de que comungo, a descolonização era inevitável e uma solução política a mais adequada e honrosa, simplesmente o como se processou é que a todos nos deve envergonhar. E muito em especial aos que por ela foram os principais responsáveis, muitos dos quais ainda vivos e que ocuparam ou ainda mesmo ocupam importantes cargos na vida nacional. E os seus nomes são bem conhecidos. E a experiência ganha por muitos civis mas também militares através de comportamentos vergonhosos, durante alguns períodos conturbados, foi extremamente útil para garantir o êxito de comportamentos semelhantes durante os anos que se seguiram e mesmo no presente. Por tais motivos nego-me a participar em qualquer comemoração do 25 de Abril, dado não desejar nelas encontrar personalidades que

profundamente contribuíram para a morte dos muitos sonhos de Abril e que de certeza recorrem a cravos de plástico, facilmente moldáveis da mesma natureza da sua consciência e personalidade ou melhor da falta delas. Queria apenas, finalmente dirigir um apelo a toda a juventude aqui presente, representando a juventude nacional fazer um apelo no sentido de actuarem para que o pesadelo que me vai acompanhar até à morte, não ver Abril cumprido seja aligeirado pela esperança que essa mesma juventude irá eliminar as causas do meu pesadelo. “Abril Sempre! E para sempre Abril!”» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e sete minutos quando deram entrada nesta Assembleia os seguintes membros: Dora Manuela Rocha e António de Sousa Meireles, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssimo senhor presidente da Mesa da Assembleia, restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, vereadores, excelentíssimos senhores deputados, público e comunicação social. De uma forma mais passiva para uns ou mais activa para outros, temos vindo a assistir no nosso país a um crescente mau estar político, num esgrimir de argumentos entre os partidos, que em nada beneficia a nossa actual situação sócio-económica e por conseguinte os portugueses. O recurso ao FMI poderia ser evitável no que se refere à forma como está a ser feito, é hoje uma realidade com a qual teremos de viver por muitos anos. E se nós habitantes da região do Vale do Sousa éramos já uma população em dificuldades, corremos o risco de nos vir a defrontar com dificuldades ainda mais prementes. Observamos atentamente que o interesse da população teria que estar, obrigatoriamente, em primeiro lugar na agenda do governo e da oposição, e por outro lado não passar apenas de uma panóplia de intenções, que em verdade, não seriam aplicadas dado o interesse partidário estar, esse sim, ao que parece acima de qualquer princípio. Deste modo qualquer cidadão repara que houve notoriamente uma clara intenção para ser aberta uma crise política, e isso é ponto assente. Obviamente erros existem de parte a parte mas a forma como os acontecimentos se desenvolveram não abona nada em favor da tão proclamada união, exclusivo interesse nacional, que muitos agora, já chegam a classificá-lo como perverso. O mal está feito! Existe a necessidade de todos nós na nossa região e particularmente no concelho de

Lousada primarmos pela diferença e demonstrar na realidade que numa altura tão difícil, com uma crise económica mundial, com problemas sociais marcados no nosso quotidiano, o interesse da nossa população tem de estar em primeiro lugar. É óbvio que a vida não pára e Lousada é esse reflexo, temos efectivamente evoluído e mesmo com dificuldades estamos a cumprir o que foi proposto e acordado nas mais diferentes áreas, antes do surgimento, principalmente desta crise em larga escala, os resultados estão à vista nas mais diversas áreas como o urbanismo, saúde, o turismo, desporto, educação, e isso a meu ver, é muito bom, transmite peremptoriamente a qualidade e o rigor de quem governa os destinos do nosso concelho. Por outro lado os dias que se avizinham não serão fáceis principalmente em matéria do foro social, desta forma não interessa ao país nem há região políticas neo-liberais que possam piorar ainda mais a situação dos portugueses. Sabemos o que nos trouxe a liberalização dos mercados e toda essa panóplia de intenções, vistas única e exclusivamente para obter lucros astronómicos. Temos sim, que adoptar uma atitude proactiva e compreensiva daquilo que estamos a atravessar, quem lucra efectivamente com a falência dos países? Falência essa, quase como um efeito dominó, controlado por algo que infelizmente ainda é invisível. Temos que nos unir deixar as quezílias internas e partidárias para outra altura e lutarmos juntos por um concelho, um país e uma Europa mais justa e controlada, não pelos mercados supressores das populações, mas sim por aqueles em que as pessoas conhecem, aqueles em que as pessoas votam e confiam os seus destinos. Com a entrada do FMI os cortes e as exigências aos portugueses irão de certo aumentar, mas aumentarão ainda mais se tivermos uma crispação política constante, podendo dar-se a situação de não morrermos da doença mas sim da cura, o que é de todo evitável. Assim sendo os portugueses, dada a conjuntura actual, necessitam mais do que nunca de um sistema nacional de saúde, uma escola pública, de políticas económicas fortes e que não descurem a componente social. Deste modo é essencial unirmos esforços, sabemos que temos de colocar a nossa economia no bom caminho e isso irá ser-nos imposto por uma série de organismos internacionais, com medidas duríssimas, mas acima de tudo, temos que batalhar por uma sociedade mais justa. É nossa obrigação, e tal como tem vindo a ser feito pela autarquia temos de continuar a apostar na vertente social. Se já existem dificuldades irão de certo surgir ainda mais e não é menosprezando os mais carenciados que defendemos os lousadenses. Daqui para a frente temos de combater com as armas que temos, uma política neo-liberal instalada na economia que só visa o lucro e apostar nas

políticas sociais. No entanto, ressalvo que estas têm de ser reguladas e fiscalizadas, para que desse modo não surjam casos em que a injustiça da ajuda é notória, e que esse dinheiro faça falta a quem realmente precisa. Neste momento difícil, pede-se às populações muito controlo, rigor, mas também solidariedade para os que iram sofre ainda mais os efeitos da crise. É impensável, no meu entender, depararmos com lousadenses carenciados e sem qualquer tipo de ajuda, por isso e neste caso em particular, é necessário elogiar, mais uma vez, o trabalho do município nesta vertente. Para finalizar, penso que é tempo de conjugarmos esforços e encontrar soluções para desafios futuros que não se avizinham nada fáceis, sendo que os lousadenses têm de estar sempre em primeiro lugar.» -----

----- Eram vinte e uma horas e cinquenta minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Manuel Joaquim da Mota, presidente da Junta de Freguesia de Casais -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Em relação às duas ou três questões que nos foram colocadas tencionava dizer o seguinte: em relação à questão que pôs o Xavier, os animais abandonados no troço da IC25. Daremos nota disso à concessionária que gere o dito troço. Em relação aos fogos florestais, o que temos previsto neste momento, já está articulado com os bombeiros, é todo um sistema que tem funcionado ano a ano e que tem dado frutos. É óbvio que se aqui há meia dúzia de anos havia participação estadual para este tipo de abordagem, já há quatro ou cinco anos que isso não existe. Nós temos feito um esforço no sentido de colmatar esta lacuna com os meios que temos.» -----

----- De seguida foi posta à discussão a proposta número três do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à equipa de juniores femininos de pólo aquático da Lousada Séc. XXI, pela conquista do título de campeãs nacionais”.-----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número três que foi aprovada por unanimidade de quarenta e seis votos. -----

----- A proposta número quatro do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à atleta Joana Silva pelo título de campeã

nacional de juvenis de 100 e de 200 metros costas e pela conquista da medalha de ouro a costas no Multinations Youth Meet”.

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número quatro que foi aprovada por unanimidade de quarenta e seis votos. -----

----- A Moção A do seguinte teor: “ As concessões SCUT resultam de um conceito introduzido pelo XIII governo constitucional em 1997, consistindo em auto-estradas em que o Estado se substitui ao utilizador no pagamento da portagem. Um regime denominado “ Sem Custos para o Utilizador”. O Estado entrega a construção, financiamento, exploração e manutenção da auto-estrada a um consórcio privado, pagando a este uma dada tarifa por casa veículo que circula nessa estrada, evitando desta forma, o esforço inicial de construção. Por conseguinte, enquanto que, no caso das auto-estradas com portagens é o utilizador da infra-estrutura que financia a construção, exploração e manutenção no modelo SCUT são todos contribuintes que, através dos impostos, suportam o investimento, bem como as actividades de exploração e manutenção. A região do Vale do Sousa tem sido terrivelmente fragilizada pelos problemas económicos que assolam o país. O tecido empresarial da região está muito dependente das acessibilidades e da mobilidade, pelo que só com deslocações rápidas se consegue competitividade. As empresas lousadenses, essas sufocam desesperadamente por apoio e alívio na sua carga fiscal/carga de despesa mensal, vendo-se forçosamente obrigadas ao despedimento de colaboradores. Note-se, a título de exemplo, a evolução do número de desempregados em Lousada inscritos no IIEFP, desde Março de 2009 a Março 2011, que ronda os 17%, sendo que Lousada passou de 2.203 a 2.583 desempregados. Posta a nefasta e difícil situação a qual tantos e tantos lousadenses foram votados, numa altura em que a crise económico-financeira se transformou em crise social e a vida de milhares de cidadãos ficou comprometida a ajudas estatais e à solidariedade de muitos outros. Numa altura em que os índices de desenvolvimento económico, no país e na região, teimam em não sair de uma situação negra e provocam uma depressão social, principalmente junto daqueles que com mais dificuldade vivem. O grupo municipal da Coligação Lousada Viva, ao abrigo da alínea b) do artigo 13º do Regimento desta Assembleia Municipal, apresenta a esta Assembleia a seguinte moção: Deve a Câmara Municipal reclamar do governo central medidas de discriminação positiva para com a região. Deve a Câmara Municipal comunicar ao governo central

um voto de rejeição pela atitude arbitrária que tomou ao prorrogar a isenção da aplicação de portagens noutras SCUTS do país, abandonado o sentido equitativo de elementar justiça social e territorial”. -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Bessa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente desta Assembleia Municipal, restante Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhores deputados, senhora e senhores presidentes de Junta, estimado público e comunicação social. Muito rapidamente porque a moção apresentada é clara no seu conteúdo. A Coligação “Lousada Viva” com a apresentação desta moção pretende apelar à Câmara Municipal de Lousada da necessidade de interceder junto do poder central, para uma verdadeira equidade e justiça para com a população de Lousada. Não faz qualquer sentido, a discriminação negativa do Partido Socialista enquanto governo com a região.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Em relação a esta Moção, com certeza que a vamos aprovar, já não é a primeira, nem a segunda vez que se aprova uma Moção desse género. Simplesmente, pensamos que o interlocutor para dialogar com o governo seria o presidente da Assembleia. O sentido que nós temos desta Moção deveria ser comunicado pelo presidente da Assembleia e não através da Câmara Municipal. É o nosso entender. No entanto vamos votar favoravelmente esta Moção.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara: «De facto é o que temos feito. Como sabem, ainda há duas semanas nos vários órgãos da imprensa ouviram-me, e foi precisamente isso que eu assumi. Parece-me que independentemente da questão que o senhor Santos levanta, ela devia efectivamente, na minha perspectiva ter muito mais força quando é aprovada pelos órgãos da região, ou seja, neste caso pela Associação de Municípios, que tem tido neste particular um papel fundamental. Como sabem, agregado a outros municípios que não são aqui da região, nomeadamente a Maia. Acho que é importante, vamos fazê-lo, continuarei a interpretar esse sentimento como um sentimento da região que é importante resolver. É obvio que neste momento esta decisão terá que ficar seguramente para o próximo governo, o governo está de gestão, provavelmente o efeito prático dela será nulo.» -----

----- De seguida foi posta à votação a Moção A que foi aprovada por unanimidade de quarenta e seis votos. -----

----- E a Moção B do seguinte teor: “ Considerando os recentes desenvolvimentos e notícias que apontam para um possível prolongamento do prazo de vida do aterro sanitário de Resíduos Sólidos Urbanos de Lustosa . Assumindo que todos os concelhos da Associação de Municípios do Vale do Sousa, com particular relevo para o Município de Lousada, sempre defenderam o princípio da rotatividade. Certos dos sacrifícios e prejuízos ambientais já impostos às populações, e constatando que qualquer decisão de prolongamento passará sempre, em última instância, pela aprovação da Câmara Municipal de Lousada que, neste momento, assegura uma solução provisória para o concelho em caso de ruptura do actual aterro. Ao abrigo da alínea b) do artigo 13º do Regimento desta Assembleia Municipal, o grupo municipal da coligação Lousada Viva apresenta a esta Assembleia a seguinte Moção: Deve a Câmara Municipal reafirmar, desde já, a defesa inequívoca do princípio de rotatividade e a indisponibilidade para aprovar qualquer projecto que assuma o fim deste princípio e o prolongamento de vida do actual aterro” -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, excelentíssimos vereadores e vereadoras e excelentíssimos membros desta Assembleia. Há muitos anos quando os membros desta Assembleia votaram favoravelmente a criação de uma aterro de resíduos sólidos urbanos na freguesia de Lustosa, fizeram-no com coragem e assumindo uma atitude de responsabilidade e solidariedade na resolução de um problema, um grave problema não só do concelho de Lousada mas também de outros municípios vizinhos. Esta decisão assentou em princípios e compromissos básicos que ainda hoje se aplicam na construção de novos aterros: primeiro, garantia de mínimo impacto ambiental; segundo, prazo de vida limitado no tempo; terceiro, devolução dos terrenos às populações, e quando possível, com construção de equipamentos para utilização pública. Hoje, sabemos como já foi dito e confirmado na última Assembleia realizada a dezoito de Fevereiro que a questão ambiental nem sempre foi cuidada da melhor forma, pois os lixiviados foram lançados durante anos a fio apenas com tratamento primário. Isto como se sabe, provocou um impacto ambiental, ainda hoje,

difícil de quantificar. Além disso reforço uma vez mais aquilo que afirmei na Assembleia anterior, o cheiro é muitas vezes, demasiadas vezes nauseabundos. O prazo de vida limitado no tempo, assegurado pelo princípio da rotatividade, já foi uma vez desrespeitado com a construção de um novo alvéolo, este princípio, procura evitar que se perpetuem os impactos ambientais sempre inerentes à construção destes equipamentos e também que não se perpetuem outras consequências negativas, como é o caso dos maus cheiros. Por fim, a devolução dos terrenos à população, assegura o fim de um impacto ambiental negativo e também de um impacto visual negativo. Quando se fala de um prolongamento de vida do aterro de Lustosa, esquecem-se estes princípios e estes compromissos básicos que foram assumidos, e uma vez mais, esquecem-se também as legítimas expectativas que foram criadas na população. O que foi publicado em imensa imprensa regional, este prolongamento parece beneficiar sobretudo a Câmara Municipal de Paços de Ferreira, que desta forma evita, não só o possível descontentamento da população do seu concelho mas também um avultado investimento na aquisição e construção de um novo aterro. Se é verdade que posteriormente, o presidente da Câmara de Paços de Ferreira recuou na certeza do prolongamento do prazo de vida do aterro de Lustosa, também parece não deixar de ser verdade que na Assembleia Municipal de Paços de Ferreira apresentou actas da Associação de Municípios do Vale do Sousa, onde esta mandata a ambisousa para a negociação de terrenos em Lustosa, a fim de concretizar o respectivo alargamento e prolongamento do prazo de vida do aterro. Diante disto e sabendo que qualquer prolongamento terá de passar, necessariamente e em última estância pela aprovação desta Assembleia e Município de Lousada, emerge apenas uma única solução, defender de forma inequívoca o princípio da rotatividade e a impossibilidade absoluta de qualquer outro prolongamento, pois como afirmou o senhor presidente da Câmara Municipal de Lousada na última Assembleia e também em declarações em diferentes órgãos da imprensa regional: “nós, já encontramos uma situação provisória para o nosso município, agora caberá a Paços de Ferreira encontrar o local exacto para construir o aterro, conforme ficou deliberado.”» -----

----- Eram vinte e duas horas e sete minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: João Edgar, presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida. -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido

Socialista: «Com certeza que vamos aprovar esta moção, ela é pertinente. Mas queria lembrar que os membros da coligação para a Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário primam pela sua ausência. Segundo sei, nunca estiveram numa reunião por causa disto e agora vêm propor aqui uma moção. Vamos aprovar mas vocês deviam ter mais cuidado e não faltar às reuniões.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Bessa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Só respondendo a isso, eu pertenço à comissão e foi dito aqui, foi realçado que os membros não eram políticos profissionais tinham a sua actividade profissional e não podiam estar nas deslocações que foram marcadas. E foi dito à pessoa que convocou a reunião, poderia haver outra data e até à data não obtivemos resposta.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «As Comissões, isso já foi dito aqui pelo senhor presidente da Assembleia. Quando há uma convocação, eu vou dar um exemplo que é para isto ficar esclarecido. Vocês tem três membros numa comissão, o PS tem dois, quem é que deve fazer as reuniões? Quem é que deve comunicar para a reunião se efectuar? Quem está em maioria. Foi sempre assim e se não foi, devia ser. O senhor presidente da Assembleia já disse aqui que a Câmara não tem responsabilidade nessas reuniões. Isto é fácil, nós conhecemos todos, vamos resolver a situação, em vez de ser neste dia vai ser no próximo dia. Basta ter interesse nisso. Não é dizer, nós não podemos. Não podemos, os outros também não podem, não pode ser. Em vez de reunir com cinco reúne com dois ou três, mas reúnem.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «A questão do ambiente é uma questão que tem vindo a ganhar uma equidade, cada vez com mais relevância, e ainda hoje ficou patente nas imagens que vimos no telejornal. A JS e sobretudo o PS em Lousada, estão atentos a esta questão, estou certo que saberão respeitar aquilo que é o designo das gerações futuras lousadenses, dos nossos filhos e dos nossos netos.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara: «Em relação a esta matéria é importante dizer o seguinte: O actual aterro está, não direi em fase final, mas quase final de tempo de vida útil. O problema tem sido

objecto de abordagem entre os membros do Conselho de Administração da Associação de Municípios e a situação tem-se protelado no tempo. Porque de facto o Município a receber, como foi referido é Paços de Ferreira. Paços de Ferreira, como disse e bem, a abordagem que faz é correcta, politicamente não lhe interessa que na data das eleições tenha este problema para resolver, nós percebemos isso claramente. Tem ali um imbróglio grande para resolver e ultrapassar, Lousada está numa situação confortável porque tem uma solução à beira, ali a paredes meias, que resolve o problema e, Felgueiras também terá eventualmente. Paços de Ferreira poderá ficar numa situação muito difícil porque o nosso colega de Paredes, onde será o local indicado para o novo aterro a sul, não aceita que Paços de Ferreira possa lá depositar. Este assunto como disse tem sido objecto de reflexões, estão-se a ponderar todas as soluções. É uma decisão que eu subscrevo, respeito claramente esse princípio da rotatividade, nem era pensável que não fosse dessa forma.» -----

----- De seguida foi posta à votação a Moção B que foi aprovada por unanimidade de quarenta e sete votos. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município -----

----- Intervenção do Sr.^a Cláudia Lousada do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia, excelentíssima Mesa da Assembleia, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, excelentíssimos senhores deputados, excelentíssimo público e comunicação social. Apraz-me saber que entrou em funcionamento a unidade de saúde de Meinedo, tal como previ na última Assembleia fruto do empenho de deputados do PSD. A unidade estava pronta para abrir há um ano, os deputados estiveram cá em Janeiro e após requerimento ao Ministério da Saúde realizou-se agora em Abril a inauguração, e se dizem que o processo já estava em curso, o que é certo é que a intervenção dos deputados acelerou o processo. O que é lamentável é que esta inauguração não tenha sido partilhada por todos e por toda a população. Foi marcada em cima da hora, tendo o presidente da Junta sido convidado na véspera, vão-me dizer com certeza que não houve tempo para efectuar os convites, mas

sinceramente nos tempos que correm com as tecnologias existentes, não compreendo. Acho que este tipo de atitudes, esta falta de diplomacia institucional não fica bem, seja como for e face a esta situação deixo aqui uma proposta: sempre que um membro do governo se desloque ao nosso concelho, sejam convidados os membros desta Assembleia, os deputados, os presidentes de Junta e todos os vereadores é claro. Nos tempos que correm que assistimos a um descrédito da classe política, acho que se torna imperioso dignificar os políticos e dignificar a política. Aproveito a oportunidade para pedir um esclarecimento, apercebi-me na correspondência recebida da marcação de uma auditoria por parte da Inspeção Geral das Finanças, só gostaria de ser esclarecida se é rotina, se não é, o que é que desencadeou essa auditoria.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Bessa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente o assunto que me faz dirigir a si é algo que me entristece a mim e a todos aqueles que sente a Associação Desportiva de Lousada como símbolo da organização desportiva do nosso concelho. A Associação Desportiva de Lousada é uma associação fundada em mil novecentos e quarenta e oito e que muito tem promovido o bom nome de Lousada fora do nosso concelho. Esta é uma instituição que através das suas escolas de formação forma centenas de jovens do nosso concelho, levando-os à prática desportiva e a comportamentos saudáveis que esta geração tão necessita. Senhor presidente os números que são conhecidos e peço-lhe encarecidamente que me corrija se neles conter algum lapso, esta Câmara Municipal despejou nesta instituição aproximadamente cinco milhões de euros, nestes últimos vinte anos, mais ajudas logísticas que esta Câmara tem fornecido a esta instituição. Pois é este valor foi essencialmente gasto no futebol profissional como é público, não se verificou qualquer preocupação ou qualquer controlo pela Câmara Municipal de Lousada sobre, onde e como esse dinheiro de todos os lousadenses foi gasto, obviamente a Associação Desportiva de Lousada tem os seus próprios órgãos de decisão mas quem paga e muito como a Câmara Municipal de Lousada, tem que exigir sentido de responsabilidade de quem gere o clube. Nestes últimos tempos tem circulado notícias que o clube vai encerrar portas ou seja os milhões de euros foram, a ser verdade esta notícia, efectivamente lançados para o abismo. Senhor presidente é tempo de reflexão com toda a certeza, a ADL só considera sobreviver se vossa excelência tiver disponível com os actuais dirigentes ou outros a pôr em prática um projecto sustentado que aposte

essencialmente na formação desportiva dos jovens do nosso concelho. Perante os factos é necessária uma resposta clara deste executivo à seguinte questão: o que pretende fazer pela Associação Desportiva de Lousada? Caso deixe findar esta instituição será conivente e ficará para história como o presidente de Câmara que deitou borda fora cinco milhões de euros.» -----

----- Eram vinte e duas horas e dezoito minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Moisés Dias Ribeiro, presidente da Junta de Freguesia de Ordem -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Apenas uma pergunta que queria fazer ao senhor presidente de Câmara: tive ocasião de ler hoje, no Jornal de Lousada, uma notícia referente às comemorações dos trinta e sete anos do 25 de Abril. Não pondo em causa de maneira nenhuma as diversas manifestações que integraram o programa e concordo que seja simples e dirigido ao povo porque o 25 de Abril foi feito para o povo e com a participação do povo. Já ponho em causa a qualidade e a quantidade das pessoas que foram convidadas. Diz a notícia que se notou a presença de alguns munícipes e dos três vereadores. Julgo que o prestígio de uma data destas não se compadece com uma cerimónia onde estão apenas presentes três vereadores. Acho que todos mas todos seríamos poucos para dignificar essa cerimónia. É uma chamada de atenção que aqui deixo, com a referência daquilo que eu disse há bocado, eu não estaria pelas razões que sabem, não estou a defender a minha honra.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu, já é a quarta ou quinta vez que estou nesta Assembleia, o senhor é a primeira e diz que a Câmara disponibilizou cinco milhões nos últimos vinte anos. Senhor presidente recorda-se que quando Lousada esteve aí num período muito baixo, aqui há uns anos, e que era para baixar de divisão, tivemos que votar aqui uma Moção do PSD para infiltrar mais dinheiro na Associação Desportiva de Lousada. É só.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: «As inspecções são habituais de tempo a tempo e por isso é que nós temos o rigor que temos porque tivemos a sorte de ter a Dr.^a Natal numa inspecção e que nos ensinou muito sobre como devem ser feitas as Assembleias, as actas, etc. São actos normais e habituais.» -----

depreciação nenhuma. Claro que deveria ter sido de outra maneira mas não foi. Só estou a dar este exemplo para verem que aqui não houve má fé. Acho eu, mas se houve devem falar com o Dr. Moutinho foi ele que convidou. O convite é do Centro de Saúde de Lousada.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialistas: «Desde já uma declaração de interesses, eu sou sócio da ADL mas estranha esta dicotomia de vir para aqui pedir mais dinheiro para a ADL, depois da dicotomia já apontada pelo senhor Santos. Eu só tenho uma pergunta, será que se vai continuar a verificar esta dicotomia quando falarmos em orçamento, aumento de despesas, etc? Eu vou ficar a ver qual vai ser a vossa reacção daqui a uns tempos.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialistas: «Depois de ouvir todas as intervenções principalmente acerca do Centro de Saúde de Meinedo. Senhor presidente apraz-me saber que o centro de saúde foi inaugurado e que foi construído por um executivo socialista. Em primeiro lugar, gostaríamos de saber também, se for possível, quando é que o senhor presidente recebeu o convite para a inauguração. Em segundo lugar, gostaríamos de saber se costuma ser convidado para todos os eventos em todas as freguesias de Lousada ou se existem Juntas que nunca o convidaram para nada. Nós temos a certeza absoluta que no caso concreto do Centro de Saúde de Meinedo e em todos os casos idênticos o executivo socialista apenas está preocupado com a saúde das pessoas e não está preocupado com qualquer questão político-partidária.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Em relação à questão destes convites para trás e para a frente. De facto eu fui convidado na véspera, ao início da tarde do dia anterior e não fui porque já estava comprometido. É óbvio que independentemente de tudo o convite ou não, é a questão menor, a principal, é que os nossos concidadãos ali da região tenham aquele espaço com as melhores condições possíveis para ter os cuidados de saúde adequados. Isso é que é a grande questão. É óbvio que muitas vezes também não sou convidado para muitos eventos mas isso está ao critério de cada um. Em relação á questão da ADL. Eu também estou numa situação incómoda, sou sócio e fui responsável durante vários anos pela secção de formação da ADL e até tenho alguma legitimidade para falar e conhecer por dentro o que se passa no clube. É verdade que a Câmara ao longo de

anos foi apoiando monetariamente o clube, apoiado de uma forma inequívoca, os executivos municipais sempre estiveram representados pelo PS e PSD e independente e foi sempre por unanimidade que as decisões foram tomadas. Ao longo desses anos nunca houve qualquer suspeita de falta de competência na gestão da ADL. A Câmara nunca teve necessidade de chegar a um ponto de fazer uma auditoria exaustiva á forma como era gerido o dinheiro, pareceu-nos sempre que foi no contexto para o qual foi aprovado, apoio às actividades do clube nomeadamente em particular à formação. Não adianta estarmos aqui a perguntar para onde foi o dinheiro gasto. Eu julgo que o dinheiro foi gasto nas actividades próprias do clube. Nunca vi ao longo destes anos que a questão fosse de outro modo posta. Como disse o senhor Santos, aqui há uns anos propuseram aqui até o aumento do apoio ao clube para as suas actividades. E a Assembleia entendeu que o apoio era adequado e consentâneo com os propósitos e abordagem que o clube tem feito ao longo destes anos na tal promoção do desporto por um lado, e também, na promoção do município. Conheço a formação e nestes últimos anos a formação na ADL tem dado um salto qualitativo importantíssimo. Digo-lhe que tenho acompanhado com particular interesse, precisamente essa disponibilidade dos dirigentes que estão à frente da secção de formação, um grande propósito de dar um grande salto qualitativo e isso merece o nosso apoio e tem merecido o meu apoio pessoal, tenho estado muitas vezes com eles sobretudo ao sábado. É isso que eu lhes pedia quando vimos falar sobre a ADL que também se empenhem nas questões do clube e dêem generosamente o seu contributo para resolver os problemas. “ Words more words”, não adianta nada estarmos aqui com palavreados sem se ter uma atitude proactiva em defesa dos reais interesses do clube e neste caso em particular da formação. No que se prende com a ADL. Como sabem a Câmara neste último ano, ano e meio não pode dar à ADL qualquer apoio. O Clube tem problemas de ordem interna inultrapassáveis, a nova lei base do desporto impede que neste momento a Câmara Municipal de Lousada e as outras Câmaras a nível nacional de darem apoio a clubes que tenham determinados problemas que não estão ultrapassados nem o clube tem condições de ultrapassar, ao que me parece e ao que sei, fui partilhando com o presidente do clube. Têm situações muito difíceis de resolver e que efectivamente tem dificultado imenso que o clube sobreviva. Portanto, o que é que a Câmara pode fazer? É fazer aquilo que tem feito. Em termos de infra-estruturas continuar a dar-lhes condições para que façam o trabalho consentâneo. O próprio clube tem condições, seguramente impares em relação a qualquer

outro aqui da região. E por isso nesse contexto estamos a fazer aquilo que nos cabe fazer dando apoio a esta colectividade e às outras colectividades do Município. Se isto é suficiente para resolver? Provavelmente não será, os associados e os responsáveis pelo clube terão de decidir a forma adequada para resolver. Eu vi que aqui ainda há bem pouco tempo a Câmara de Felgueiras decidiu não apoiar nenhum clube e eles vieram por ali abaixo e estão a disputar as divisões regionais, em Paredes aconteceu precisamente o mesmo, é o que eventualmente poderá aqui acontecer em Lousada. Às vezes é preferível ter os pés bem assentes no chão e sabermos exactamente com o que podemos contar. Isso de ter as Câmaras meramente financiadoras e não parceiras, é claramente verificável que dadas as circunstâncias que o país vive impede que as Câmaras, a exemplo do que acontecia há uns anos atrás, neste momento cada vez menos poderão ser financiadoras dos clubes da forma como foram aqui há uns anos. O clube mantendo-se e espero que se mantenha sou sócio e adepto mas de facto os tempos não são fáceis para ultrapassar este problema que tem a ver com a capacidade do clube de angariar receitas, os patrocinadores foram desaparecendo por aí fora os mecenas também deixaram de existir. Não adianta fazer aqui um golpe de asa a dizer que eventualmente se o clube não tiver condições para se inscrever na próxima época é culpa da Câmara. Isso é pura ficção é um exercício de uma reserva mental que eu não subscrevo e que é facilmente desmontável em qualquer circunstancia.» -----

----- SEGUNDO PONTO - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- Neste ponto não houve intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- TERCEIRO PONTO - Documentos de Prestação de Contas do ano de 2010; -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor Presidente da Mesa e restante Mesa, senhor Presidente de Câmara, senhoras e senhores vereadores, excelentíssimas senhoras deputadas, excelentíssimos senhores deputados, senhores presidentes de Junta, excelentíssimo público e comunicação social presente. O ponto que agora discutimos, diz respeito aos documentos de prestação de contas do exercício do ano de dois mil e

dez, cuja deliberação no órgão executivo mereceu a abstenção dos vereadores da coligação “Lousada Viva”. Não obstante este sentido de voto, parece-nos importante reflectir algumas observações que nos devem preocupar, quer em termos gerais, quer em termos específicos, na actividade e gestão do município. Desde logo, e em termos gerais, realçar a diminuição do orçamento para o orçamento de execução em dois mil e dez de vinte e dois milhões quinhentos e cinco mil setecentos e oito euros, o que corresponde a uma taxa de execução baixíssima. Analisando despesas e receitas de capital. Na análise por nós realizada ao orçamento de execução deste ano de dois mil e dez, o que mais se realça, foi desde logo a fraca execução no que respeita às receitas de capital que por consequência afectaram em muito as despesas de capital, existiu um inflacionamento do orçamento para dois mil e dez. No que respeita às despesas de capital, as rubricas que mais influenciaram o reduzido grau de execução, que ronda os quarenta por cento, foram: rubrica “Vendas de Terrenos” – orçamentado, dois milhões quatrocentos e noventa mil euros e só foram executados trinta e oito mil seiscentos e vinte e oito euros, execução de apenas um virgula cinquenta e cinco por cento, não sabemos a que se deve em concreto esta disparidade; Rubrica “Estado – Participações Comunitárias Projectos Co-financiados” em que há uma maior diferença entre o orçamentado e o executado. Que verbas foram estas que não foram recebidas? Como é fácil de concluir, não havendo receitas de capital as despesas de capital também irão diminuir e mais precisamente na rubrica “Aquisição de Bens de Capital”, que são, investimentos, locações financeiras e bens de domínio público, há uma diminuição de dois mil e nove para dois mil e dez de doze milhões oitocentos e dezasseis mil euros para os nove milhões oitocentos e sessenta e cinco mil euros. É uma diminuição de quase três milhões de euros, quando muitas das obras necessárias ao desenvolvimento do concelho ainda não estão realizadas. Com isto, pode-se concluir que se perdeu, em definitivo, a oportunidade de criar melhor bem-estar para a população lousadense, pois no ano de dois mil e dez só se conseguiu executar mais ou menos trinta e oito por cento do valor orçamentado de trinta e dois milhões e novecentos mil euros, só se executou doze milhões trezentos e trinta e três mil euros. Capítulo das despesas e receitas correntes. No que respeita às despesas correntes, o grau de execução foi mais elevado, excluindo a rubrica “Subsídios” em que aqui o valor orçamentado de cento e trinta e sete mil e quinhentos euros só foram executados setenta e três mil euros, ficando a percentagem de execução nos cinquenta e três virgula nove por cento. Em nossa opinião, esta diminuição

causou graves problemas ao nível do associativismo das freguesias. Há também a realçar as despesas com pessoal, rubrica que a coligação “Lousada Viva” tem vindo a alertar por serem valores muito elevados face ao orçamento da Câmara. Já representam cinquenta e três por cento das despesas correntes. Estas despesas ascendem no ano de dois mil e dez a qualquer coisa como dez milhões quinhentos e trinta e dois mil quinhentos e vinte e nove euros e sessenta e três cêntimos. Em nossa opinião, a muito curto prazo, a Câmara estará apenas a gerir “receitas correntes” e “despesas correntes”, pois os custos de funcionamento são muito elevados para uma Câmara como a nossa. Análise das demonstrações financeiras de dois mil e dez. Relativamente às demonstrações financeiras, que são balanço, demonstração de resultados, fluxos de caixa e anexo ao balanço e à demonstração de resultados, e começando pelo balanço, e mais concretamente pelo Activo Líquido, nota-se que há um aumento relativamente ao ano de dois mil e nove de mais ou menos oito milhões e meio de euros influenciado pela rubrica “Edifícios e Outras Construções” e “Imobilizado em Curso”. Nota-se, ainda, uma diminuição muito significativa na rubrica “Outros devedores a Favor da Câmara”, como este ano, e digo eu abrindo um parêntese, como este ano de dois mil e dez não foi um ano de eleições, se calhar houve mais coragem na recuperação das dívidas de terceiros, digo eu, que passou de treze milhões seiscentos e setenta e dois mil euros em dois mil e nove, para nove milhões seiscentos e setenta e nove mil euros em dois mil e dez. Há também um aumento da rubrica “Acréscimo de Proveitos” de cento e cinquenta e seis mil euros em dois mil e nove para um milhão e duzentos e oito mil euros em dois mil e dez. Ao nível do Passivo, e mais precisamente ao nível do endividamento, verificamos que há um aumento de dois mil e oito para dois mil e nove de cinco milhões novecentos e dezassete mil euros e de dois mil e nove para dois mil e dez de mais cinco milhões trezentos e cinquenta e nove mil euros, estando a trinta e um do doze de dois mil e dez, o endividamento em vinte e três milhões e vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e oito euros. Se em dois mil e nove tinha aumentado a rubrica de “Fornecedores” e diminuído a rubrica “Empréstimos Bancários”, já em dois mil e dez estas duas rubricas aumentaram. Esta é uma situação que deve ser tomada em consideração pelo executivo, pois o total do passivo já ronda os cinquenta e seis milhões quatrocentos e sessenta e seis mil euros, apesar de aqui estarem incluídos os “Proveitos Diferidos” que são de trinta e um milhões quinhentos e trinta e sete mil euros, valores estes que poderão não ser totalmente exequíveis no futuro. Há uma demonstração financeira que é o

anexo ao balanço e à demonstração de resultados, em que se explica muito concretamente cada rubrica do balanço e da demonstração de resultados, mas isso não está a acontecer na prestação de contas da Câmara Municipal de Lousada. E há um ponto que para os lousadenses é importante saber, que são os custos das obras efectuadas pelo Município. É este ponto que não pode ser deixado de se tomar em consideração, devido ao número de obras por administração directa que a Câmara tem vindo a executar. É este ponto que levanta muitas dúvidas sobre o seu cálculo, nota: o Revisor Oficial de Contas que é um órgão independente da Câmara refere isso mesmo no seu relatório, onde coloca uma reserva no que respeita aos inventários, no cálculo CMVMC - Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, que do nosso ponto de vista ou está mal calculado ou o quadro que nos foi entregue não está bem elaborado, pois as existências finais de dois mil e nove deveriam ser iguais às existências iniciais de dois mil e dez. No quadro de anexo ao balanço e à demonstração de resultados deveria haver uma explicação dos consumos, e não há. Ao nível destes custos deve existir em nossa opinião um maior controlo e rigor, e se há esse controlo como nos foi informado, então tem de ser mais transparente, pois não conseguimos verificar onde está esse controlo de custos, o que é grave, pois existem obras em execução por administração directa. E por falar em obras por Administração directa, será que todos os custos estão a ser levados em consideração, como sejam, os custos com pessoal, ou está a ser transferida essa responsabilidade para alguma entidade? Voltando novamente ao custo das matérias, este cálculo é fundamental pois vai influenciar directamente o resultado líquido da autarquia. Alertamos para que procedam à implementação de processos que controlem em definitivo esta rubrica, que é de uma enorme importância. Quando falamos sobre resultado líquido somos levados a pensar se o resultado do exercício foi bom, razoável ou mau. Mas temos de ter todos os valores “em cima da mesa”. Aqui foi-nos informado que houve um resultado líquido positivo de três milhões cento e seis mil e novecentos e três euros mas foi-nos também informado que ainda não estão disponíveis as contas aprovadas deste exercício da única sociedade incluída no perímetro de consolidação, a empresa “Lousada – Século XXI, EM”. Não sabemos se têm alguma coisa a dizer relativamente a este ponto. Constatamos ainda que relativamente aos rácios de liquidez da autarquia, estes têm vindo a diminuir, e isso nota-se de dois mil e nove para dois mil e dez, o que irá afectar o desempenho nos pagamentos da autarquia. Gostaríamos também, relativamente a este ponto, de saber se o senhor Presidente terá alguma coisa a dizer. Senhor presidente, senhoras e

senhores deputados e excelentíssimo público, a nossa preocupação não é a trica política. A nossa preocupação, aqui bem demonstrada, é a análise e o rigor da gestão do erário municipal. Aqui ficam algumas questões, ainda que de relevo técnico, configuram opções políticas, que em nosso entender ficam aquém do desejável, bastante aquém do desejável.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «A minha primeira intervenção vai ser sobre a análise das contas do ano de dois mil e dez. Quero dizer uma coisa ao senhor Carlos Nunes: pela primeira vez estou aqui nesta Assembleia e vejo os senhores vereadores e bem, absterem-se na aprovação das contas. As contas são auditadas, como o senhor aqui muito bem disse, por pessoa competente é o ROC, além de ser auditadas ainda vão ao tribunal de contas e lá vão ser rectificadas ou não e vêm aprovadas. Eu um dia se for oposição e estiver aqui, pode crer que eu digo à bancada para nunca votarem a análise das contas contra. As contas são reais os números são reais, aqueles que o senhor disse aqui não são muito reais mas depois na minha segunda intervenção eu vou-lhe explicar porquê. As contas são elaboradas por pessoal técnico superior e analisadas por um Revisor Oficial de Contas, em cumprimento do Decreto-Lei nº 487/99 de 16 de Novembro, cujo relatório faz uma apreciação favorável. Para podermos avaliar a gestão municipal, interessa fazer-se a comparação entre as receitas e despesas correntes dos anos de dois mil e nove e dois mil e dez, porque se trata de valores calculados e executados de acordo com as Regras definidas pelo POCAL. Assim e comparando as receitas e despesas dos anos de dois mil e nove e dois mil e dez teremos, receitas correntes: dois mil e nove, receita orçamentada - vinte e dois milhões trezentos e dois mil oitocentos e vinte e sete euros e seis cêntimos; receita cobrada - vinte milhões quinhentos e dezasseis mil quinhentos e noventa e dois euros e vinte cêntimos; grau de execução - noventa e dois por cento. Dois mil e dez, receita orçamentada - vinte e três milhões duzentos e cinquenta e oito mil setecentos e vinte e nove euros e sessenta e seis cêntimos; receita cobrada - vinte milhões sessenta e um mil duzentos e trinta euros e cinquenta e sete cêntimos; grau de execução - oitenta e seis virgula três por cento. Despesas correntes: dois mil e nove, despesa orçamentada - vinte e dois milhões seiscentos e quarenta e oito mil novecentos e oitenta e um euros e cinquenta e seis cêntimos; despesa realizada - vinte milhões cento e onze mil novecentos e trinta e nove euros e onze cêntimos; grau de execução - oitenta e oito virgula nove por cento. Dois mil e dez, despesa orçamentada - vinte e três

milhões quatrocentos e oitenta e sete mil duzentos e dois euros e oitenta e nove cêntimos; despesa realizada dezanove milhões oitocentos e noventa mil seiscentos e trinta e sete euros e quarenta e cinco cêntimos; grau de execução - oitenta e quatro virgula sete por cento. De salientar, como sabem, houve um corte de quatrocentos e cinquenta e dois mil e duzentos e trinta e cinco euros na transferência do estado, além de uma significativa redução na receita dos impostos directos devido à forte quebra nas transacções imobiliárias. Mesmo assim é de realçar o rigor na elaboração do orçamento, bem como a contenção das despesas correntes, criando saldos no valor, respectivamente de quatrocentos e quatro mil e seiscentos e cinquenta e três euros e cento e setenta mil quinhentos e noventa e três euros, que ajudaram nas despesas de capital. Receitas e despesas de capital: as receitas e despesas de capital com excepção das transferências provenientes da participação dos impostos que também teve uma redução substancial, resultante do corte efectuado pelo orçamento do estado foram dependentes da obtenção de comparticipações do QREN ou de contratos programa celebrados com o governo e da obtenção de empréstimos para cobrir a compartida da autarquia nas candidaturas ao QREN, até ao limite estipulado pela Lei das Finanças Locais. Quanto a investimentos realizados há que salientar o aproveitamento das comparticipações disponibilizada uma vez que as áreas da sua aplicação são previamente definidas pelos regulamentos aprovado pela Órgão de Gestão dos fundos comunitários e não por escolha dos Municípios, quer isto dizer que o dinheiro que vem tem de ser aplicado para aquilo que vem e não para outras coisas que às vezes até fazem bem falta. No que respeita às dívidas a terceiros, o valor apresentado não traduz uma dívida real, porque resulta, essencialmente, no atraso das transferências para obras financiadas e que não foram recebidas no ano de dois mil e dez, principalmente de candidaturas ao QREN, o que aponta para a possibilidade de cumprimento dos compromissos a curto prazo, como bem refere o relatório de gestão. Também tiveram atrasos substanciais, as transferências do estado para despesas correntes, principalmente na área da educação. Aqui, às vezes em conversa com o nosso presidente, onde ele me diz que para colmatar estas despesas com a educação, porque tem procurado pagar as despesas e andar em dia, retirando receitas de outros sítios. Finalmente é de realçar o óptimo resultado da gestão municipal no ano de dois mil e dez pela análise de todos os documentos que instruem a Conta e o respectivo relatório de Gestão.» -----

----- Eram vinte e duas horas e cinquenta e oito minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Alberto Oliveira -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Antes de mais um pedido de desculpa ao senhor Santos porque ele em parte tem alguma razão. Eu peço desculpa porque eu não disse os cêntimos e nessa medida os meus números não estão totalmente correctos. A minha primeira intervenção resulta de um exercício profundo à análise das contas, ou seja, não venho para cá fazer uma intervenção neste ponto ou em qualquer outro ponto, como se fosse uma intervenção tratada numa mesa de café. Não é isso que me motiva a ser membros desta Assembleia Municipal. Pois os tempos que correm não estão fáceis como todos sabemos, quer para as famílias, quer para as empresas ou instituições. É por isso espectável que perante este cenário aumentem as exigências sociais e daí resultem exigências de gestão nomeadamente gestão orçamental. Os tempos actuais são portanto de maior exigência ao nível da criatividade, sagacidade e empenho para se ultrapassar obstáculos, tornando-os em oportunidades de desenvolvimento económico e social. A prestação de contas é por assim dizer e em qualquer organização um momento de relevante interesse para avaliação daquela que foi a actividade no ano a que diz respeito e ainda mais importante para definição ou redefinição da actividade futura programada. Aquilo com que nos deparamos com a apresentação e análise deste relatório de execução referente ao ano de dois mil e dez não é nada animador. Para não dizer quase surreal. Temos uma taxa de execução baixíssima, menos vinte dois milhões e quinhentos mil euros executados que o orçamentado, o que nos leva a perguntar: afinal, para que serviu toda a vossa vangloria em sede de aprovação deste orçamento? Para quê? Para chegarmos aqui e verificarmos de que afinal de tudo não passava de uma ostentação enganadora, portanto pouco rigorosa. Importa lembrar que o orçamento do ano económico de dois mil e dez foi por vossas excelências aprovado em sessão extraordinária realizada em Dezembro. Portanto já em “red line” e convocada especificamente para esse efeito, ou seja as dúvidas por nós levantadas em sede de discussão do orçamento de dois mil e dez, temos agora a prova irrefutável de que tínhamos razão agora nos considerandos que apresentamos. Tratava-se de um documento redutor na definição da estratégia plurianual da actividade do município, tratava-se de um documento pouco esclarecedor, pois empolavam as receitas correntes em outras para justificar as despesas correntes, tratava-se de um documento

refém do nível da despesa corrente e do endividamento previsto, tratava-se de um documento que fora elaborado de costas voltadas para os principais parceiros estratégicos para a redefinição e operação de desenvolvimento harmonioso do concelho. Pois bem, por tudo isto é que hoje temos esta prestação de contas, o município está e continua refém do elevado índice de despesas correntes e dentro destas o considerável peso das despesas com pessoal. Ora, aquilo que tem acontecido é que não tem havido uma inflexão no lado das despesas correntes e quando as fontes de receitas falham a dependência financeira do município coloca-se tanto mais ao nível dos fundos comunitários, quanto ao nível das receitas provenientes dos impostos e da administração central. Tudo isto tem originado um considerável aumento do endividamento à banca, endividamento a fornecedores e ao estabelecimento de compromissos de longo prazo de liquidação mensal, o que no fundo resulta numa nova modalidade ou compromisso de endividamento. Por isto mesmo é que se torna num facto indesmentível que o peso dos empréstimos no investimento autárquico aumentou seis por cento. Por outro lado, para quem percorre e conhece o concelho, observa facilmente, que a grande dotação do investimento realizado com a excepção do parque escolar tem sido consideravelmente central à vila, mas em contra-ponto, o compromisso do endividamento, esse sim, é geral e abrangente afectando todas as freguesias do concelho e bem assim a actual e futuras gerações. Assim é a gestão deste executivo municipal, todos contribuem, mas nem todos beneficiam. Senhor presidente importa também reforçar algo que alertei na minha primeira intervenção, a necessidade do rigor nos compromissos de gestão da empresa municipal Lousada – Século XXI, EM, não pode o executivo municipal “empurrar com a barriga para frente” e fazer de conta que não lhe diz respeito. Este, é mais um ano em que não estão disponíveis as contas aprovadas da Lousada – Século XXI, EM, não fica a melhor imagem para os envolvidos na gestão directa e na tutela desta empresa municipal. Senhoras e senhores deputados, se não conseguirmos melhorar o presente, temos a responsabilidade de pelo menos não piorar ou hipotecar o futuro. Não podemos nunca descorar a importância dos investimentos de proximidade às populações das freguesias e ao seu benefício social. Trata-se de uma questão e de um princípio simples, avaliar criteriosamente quais os investimentos que servem a maioria da população e que conferem retorno social, depois criar condições para que surjam investimentos que criem riqueza e consequentemente proveitos de tesouraria para o município e em Lousada neste nosso concelho muito há ainda a fazer. Continuamos sem

vislumbrar um programa de desenvolvimento económico e social para o concelho, basta olhar para este relatório de contas para se perceber claramente isso. Vossas excelências fazem-nos perceber que estão acomodados, para não dizer resignados à gestão corrente do município, se nos dizem que tal não é verdade, dir-lhes-ei então que lhes falta criatividade ou argúcia ou sagacidade. Costuma o senhor presidente pedir meças com outros municípios, de que importa, se as meças que tenho dentro do concelho são estas, como as que vossas excelências apresentam neste documento. Senhoras e senhores deputados, há um ano atrás conclui a minha intervenção neste ponto desta maneira: mantemos um nível de endividamento bastante elevado, foi dilatado o prazo médio de pagamento a fornecedores, acentuam-se as despesas correntes, executa-se menos, bastante menos do que aquilo que se projecta executar. Infelizmente a situação repete-se, infelizmente tem sido este o caminho por vossas excelências trilhado, tem sido este o vosso rasto. Que ao menos o ano de dois mil e onze mereça outros resultados e que possa revelar-se mais atinente com aqueles que são os anseios das forças vivas locais e dos lousadenses em geral. A nós, como sempre digo, cabe-nos a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar a actividade do município.» ---

----- Eram vinte e três horas e cinco minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Alberto Carlos Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira. -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor Carlos Nunes, eu não trago números nas mangas da camisa. Relatório de gestão, o senhor podia ter lido a correcção que o senhor vereador Leonel Vieira fez e escusava de dizer que a dívida rondava os vinte e três milhões quando o senhor vereador Leonel Vieira rectificou de vinte dois milhões para vinte milhões. Se pegar no relatório de gestão vai verificar que os meus números estão correctíssimos. Resumo dos fluxos de fundo: saldo para a gerência seguinte – dois milhões trezentos e trinta e três mil, quinhentos e sessenta e três euros e setenta e dois cêntimos, abatendo aqui as operações de tesouraria, como sabe não são receita da câmara, são depósitos garantia e depois tem de ser restituídos, são: novecentos e dezoito milhões duzentos e oitenta e seis mil euros e três cêntimos, há aqui um saldo efectivo de um milhão quatrocentos e quinze mil duzentos e setenta e sete euros e sessenta e nove cêntimos. Evolução do endividamento, página sete do relatório de gestão, na declaração de voto o

senhor vereador Leonel Vieira também confunde dívida de terceiros a terceiro. No relatório diz: “ a dívida a terceiros atinge valores preocupantes descontando o que a Câmara tem de créditos que é a dívida de terceiros que em princípio vai receber a dívida a terceiros é superior a três milhões e oitocentos mil euros. Diz aqui a evolução do endividamento: dívida de terceiros - dez milhões oitocentos e oitenta e dois mil cento e vinte e um euros e cinquenta e sete cêntimos; dívida a terceiros – oito milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil setecentos e vinte e nove euros e cinquenta e cinco cêntimos, mais dois milhões trezentos e vinte e seis mil trezentos e noventa e dois euros e dois cêntimos. Diz a evolução do endividamento, isto em trinta e um de Dezembro de dois mil e dez, empréstimos bancários, dívida – onze milhões seiscentos e oitenta e quatro mil quinhentos e catorze euros e oitenta e dois cêntimos; Acordo Suma – um milhões quinhentos e setenta e um mil e oitocentos e cinquenta e quatro euros e trinta e oito cêntimos; Locação financeira, teve um aumento substancial por causa da compra dos autocarros para o transporte escolar, – um milhão duzentos e doze mil trezentos e oitenta euros e doze cêntimos; dívida catorze milhões quatrocentos e sessenta e oito mil setecentos e quarenta e nove euros e trinta e dois cêntimos. Se abatermos a este valor os três milhões setecentos e quarenta e um mil seiscentos e sessenta e nove euros e setenta e um cêntimos, temos o total da dívida líquida da Câmara em trinta e um de Dezembro – dez milhões setecentos e vinte e sete mil setenta e nove euros e sessenta e um cêntimo. Onde se vão buscar vinte milhões? Onde se vão buscar vinte e três milhões? Isto é que devia ser explicado e não foi. Execução dos documentos previsionais: é certo que a execução da despesa cifrou nos cinquenta e sete vírgula um por cento quando em dois mil e nove foi de sessenta e um vírgula oito, que a execução da receita se ficou pelos cinquenta e oito vírgula seis, quando em dois mil e nove foi sessenta e um vírgula dois e a execução plurianual cifrou-se nos trinta e dois vírgula sete por cento quando em dois mil e nove foram vinte três vírgula dois por cento, aqui houve um aumento de nove e meio por cento no grau de execução em relação ao ano anterior, influenciado como dizem os documentos que nos são apresentados, pelo aumento dos valores recebidos de fundos comunitários respeitantes a projectos financiados por estes. Despesa com pessoal diminui apesar da taxa ter aumentado, não é muito significativo, mas diminui à volta de vinte e quatro mil euros. E perguntar-se-á se diminuiu porquê que a taxa aumentou? A percentagem passou a ter uma base de incidência diferente devido ao nível de cobrança dos impostos directos que foi inferior ao

previsto, mesmo com a aplicação das regras do POCAL que remete para os valores cobrados nos últimos vinte e quatro meses. O orçamento estava bem feito. E se fossemos pela vossa conversa tínhamos votado a taxa de IMI inferior ainda estávamos pior. Endividamento e financiamento, existe ainda uma estrutura de financiamento, isto é o ROC que o diz, não sou eu, que permite o recurso a endividamento de médio e longo prazo, na medida em que a autonomia financeira atinge valores próximos dos sessenta por cento, apesar de ser inferior ao ano anterior. Parecer do Revisor Oficial de Contas. Se bem se lembram, parece que foi na última Assembleia, que a situação económico-financeira do município no primeiro semestre de dois mil e dez, a informação do ROC nem era muito favorável, e eu disse-o aqui mas também disse porque já sabia o resultado da conta de gerência. Eu disse quando votássemos o documento de prestação de contas que esta seria bem diferente. Ele está aqui, o parecer, e diz assim: “Somos do parecer que a Assembleia Municipal aprove: a) O Relatório de Gestão e de contas do exercício de 2010; b) A proposta do Órgão Executivo, quanto à aplicação dos resultados, apresentada no Relatório de Gestão”.» -----

----- Eram vinte e três horas e vinte e um minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Jorge Manuel Neto. -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Várias considerações mas breves. Eu penso que há pontos de vistas opostos sobre estas matérias. De facto o senhor Santos acabou por dizer corrobora precisamente aquilo que é nosso entendimento nesta matéria. Há de facto pontos de vista diferentes e os números são os números. Começando por uma ponta para tentar rapidamente evidenciar aquilo que é a nossa perspectiva sobre estas contas, eu não sou ministro das finanças nem economista e muitas vezes tenho dificuldade em interpretar com tanta certeza estas questões. Começando pelo fim sobre a nossa disponibilidade ou o eventual pedido de meças com os outros municípios como eu tenho indicado. Há pouco tempo alguém nos contactou para nos pedir estes elementos da execução porque estava a fazer um estudo aqui na região e depois deu-me nota de qual era a evidencia. Eu de facto gostava que esse estudo viesse “à baila” porque era capaz de lhe responder sobre aquele programa de desenvolvimento económico e social do concelho. Como é que é nos outros municípios? Como é que eles o fazem? Pregam tanta coisa por aí fora e depois os resultados são diametralmente opostos daquilo que pregam. Na prática não se vê qualquer realidade palpável. Nós sabemos que os dias de hoje são difíceis e temos

lutado de uma forma tremenda para procurar ultrapassar as dificuldades do município. Estamos aqui na luta, permanentemente, não estamos a brincar, isto não é conversa de palavras, sentimos as coisas, sentimos a realidade no dia-a-dia e sabemos as dificuldades do nosso tecido empresarial e da nossa sociedade. Não é fácil mas temo-nos empenhado. E se não é o município a procurar promover aquilo que é fundamental provavelmente a depressão seria muito maior. Quando falamos aqui sobre a abordagem, os sacrifícios exigidos a todos, só há investimento na área urbana e não há nas freguesias. Não, o senhor está enganado, não foi só o parque escolar, é muito mais que isso, por exemplo na área da água e saneamento, estamos aí a fazer um investimento tremendo, a ter uma taxa de cobertura que aqueles que eventualmente tem muito mais capacidade que nós e tem os tais programas de desenvolvimento económicos e sociais, não conseguem. Como é que isso se explica? Há algum passo de mágica? Há alguém que está empenhado, interessado em resolver os problemas e a agarrar aquilo que é fundamental para os nossos cidadãos. Mas temos muito mais, o apoio social, o apoio às escolas, o apoio às mais variadas actividades, na recuperação da malha viária e vamos fazer mais, estão em projecção um conjunto de actividades, há uma panóplia de actividades, independente do parque escolar. Agora é óbvio que todos nós queríamos que fosse muito mais, como diz e bem, temos muitos problemas para resolver, pois temos, o país tem e todos os municípios deste país provavelmente tem muitos problemas para resolver. Mas aquilo que é fundamental e básico temos resolvido de uma forma clara. A taxa de execução financeira é baixa. A execução física, se formos rigorosos dispara por aí fora, e porquê? Fruto das circunstâncias que há pouco se referiram, temos acordos com o estado, fundos comunitários e por aí fora que nos obrigam a avançar com as obras, agora a correspondente entrada do dinheiro para equilibrar a execução financeira com a física não está correspondida, para nós e para os outros todos. Eu vi os relatórios de contas de todos os municípios aqui da região e todos enfermam do mesmo problema. A questão da liquidez da autarquia. Eu só para lhe dizer que ainda ontem estivemos a fazer pagamentos e o nosso departamento financeiro tem a perspectiva de no próximo mês ter pago aos nossos fornecedores pelo menos o Fevereiro, estamos a sessenta dias. Eu gostava de saber por aí fora como é que é? Não é isso que eu ouço. É público e notório que o que eu vejo nos nossos colaboradores e fornecedores, normalmente vêm à Câmara de Lousada quando não conseguem receber nos outros lados, vêm cá para tentarem resolverem os problemas que tem e satisfaz-me isso, procuramos ser rigorosos. Ainda há

dias um presidente de Câmara numa reunião me perguntava, vocês estão a executar as dívidas, já executamos há uns anos, mas eu ainda não consegui fazê-lo. Temos até nesse aspecto sido minimamente rigorosos, com falhas aqui e acolá. Em relação á questão com pessoal. É outra questão fundamental nos dias de hoje. Ainda há dias estávamos numa acção de formação no âmbito de finanças públicas e o inspector que fazia essa formação disse que o que lhe diziam os formandos era que o índice de despesa com pessoal, a média é na ordem dos cinquenta por cento. Nós estamos nesta média. É óbvio que isto tem implicações, nós podemos emagrecer a qualquer momento, como eu dizia na minha declaração, mandamos gente para o desemprego. Isso será uma política adequada e consentânea nos dias de hoje? Acho que não, não é isso que vocês querem, nem nós queremos. Estamos a dar aqui apoio a muitas famílias, efectivamente além de precisarmos delas são importantes para sustentabilidade e para que esse tal programa de desenvolvimento social do concelho tenha alguma fiabilidade e alguma sustentabilidade. Aqui atrasado falou da questão da venda dos terrenos, não houve tentativa de subverter nada, nós expectámos ter mais terrenos vendidos e vamos vendê-los provavelmente. O orçamento e o plano e a sua projecção não é de todo exacta, há circunstâncias que determinam resultados que muitas vezes nos escapam. Há como lhe disse há pouco e vai continuar a haver da nossa parte grande rigor. Os nossos directores de departamento antes do próximo orçamento têm indicações minhas para apresentarem um plano ainda mais rigoroso de contenção e poupança para o próximo ano. O grau de exigência que o país neste momento exige de nós, obriga-nos a ter uma atitude proactiva, no sentido de podermos ir o mais longe possível na contenção das despesas, de modo a que possamos ter nos próximos anos um conforto. As medidas tomadas de um momento para o outro, no ano passado para este ano desequilibraram-nos em vários aspectos. Os lousadenses podem continuar a contar connosco com este empenho e muita imaginação. Vamos continuar a fazer aquilo que entendemos que devemos fazer em prol dos nossos concidadãos.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação dos documentos de prestação de contas do ano de 2010, conforme estabelece a alínea c), do número dois do artigo cinquenta e três e o número dois do artigo quarenta e nove, da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro,

bem como a apreciação do certificado legal de contas e do parecer sobre as contas apresentado pelo revisor oficial de contas em cumprimento do número dois do artigo quarenta e sete da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro”---

----- A proposta número um foi aprovada por trinta e seis votos a favor e treze abstenções dos seguintes membros: Fausto Manuel Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares; António de Sousa Meireles, presidente da junta de Freguesia de Caíde de Rei; Carlos Pedro Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo; Joaquim José Bessa; Carlos Manuel Nunes; Cláudia Patricia Lousada; Branca Cecília de Sousa; Ricardo Jorge Oliveira; José Manuel Gonçalves; Jorge Manuel Neto; José Augusto Barros; Manuel Campos Neto e António Filipe Barbosa. -----

----- Com uma declaração de voto do membro Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “Nós abstivemo-nos, porque acima de tudo este é um documento técnico, mas que configura opções políticas. Também nos abstivemos porque concordamos com o senhor presidente de Câmara, quando confirma que pelo facto de não ter recebido financiamentos públicos, não pode ou não consegue fazer obra, ou seja, confirma que está refém, por um lado das receitas de capital estaduais e ou comunitárias, por outro lado do índice das despesas correntes, não lhe libertam verbas para a actividade de investimento do município. Sentimos esse sufoco por parte do senhor presidente de Câmara e percebemos muito bem por isso. Em suma abstivemo-nos, como também tive a oportunidade de referir na intervenção, mantemos este nível de endividamento bastante elevado, continuamos com os prazos de pagamento dilatados, as despesas correntes continuam de forma acentuada e em suma, apesar de este ser um documento, como já referi técnico, o que é certo é que tem uma leitura política, executa-se menos, bastante menos daquilo que no termo do ano se projecta executar no ano subsequente”. -----

----- Eram vinte e três horas e vinte e oito minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o representante legal da presidente da Junta de Freguesia de Boim: Sandra Teixeira -----

----- QUARTO PONTO: Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais -----

----- Intervenção do Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor Santos, eu tinha

aqui uma intervenção que ia fazer mas já que o senhor falou no ROC e eu concordo consigo, profissional e independente. Quanto ao património eu vou ler as considerações que ele fez no relatório: “ A inexistência de um sistema de inventário permanente, assim como a ausência de contagem física não nos permite emitir opinião fundamentada sobre o valor apresentado na então rubrica Existências”. Mas disse mais: “ A insuficiente informação externa ao município sobre a titularidade do conjunto dos elementos do seu imobilizado, associada à sua grandeza, dispersão, assim como a insuficiente informação interna quer sobre critérios valorimétricos utilizados na valorização do imobilizado terminado quer sobre o grau de acabamento do imobilizado em curso, provenientes de exercícios anteriores à implementação do POCAL, não nos permitem emitir opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação do valor das correspondentes rubricas do balanço bem como das amortizações e dos subsídios para investimentos e, conseqüentemente, dos seus efeitos nos resultados”, é isto que diz o ROC. Assim sendo, para o senhor não há problema nenhum acredito, o facto de não saber de forma exacta e rigorosa quais são os bens que pertencem, bem como os critérios de valorização dos mesmos, do erário público lousadense, nós daquele lado não somos dessa opinião. E vimos dizendo isto ano após ano. Quero também aqui frisar um ponto, não vamos votar contra porque o que está apresentado e apesar de não ser exacto, de não ser completo, apesar de não ser rigoroso e apesar de andarmos nisto anos e anos e apesar de ser recorrente, não estamos aqui de má fé, estamos aqui com sentido de responsabilidade. Agora, tomando todos estes pontos, como é evidente nunca iríamos votar favoravelmente daí que vamos votar abstenção.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Só para responder ao senhor Dr. Gonçalves, veio dar-me razão. Eu estive aqui a analisar as contas e disse que o ROC era uma pessoa independente, honesta. Tanto é que ele agora “malhou” na Câmara, ora vê.» -----

----- Intervenção do Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor Santos, eu estava a ver que o senhor ia dizer que “malhou” em nós mas ainda bem que o senhor disse a verdade, “malhou” na Câmara.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido

Socialista: «É certo o que diz o ROC mas também é certo e passo a citar: “... provenientes de exercícios anteriores à implementação do POCAL ...”, imagino que esta Câmara tenha muito património e que será necessário fazer a sua correcta valorização e implementar este sistema, o que é certo é que também são necessárias pessoas para o implementar. Se calhar é preciso aumentar a mão-de-obra.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «A questão do inventário é uma questão que está grosso modo ultrapassada. Há situações pontuais para resolver, a Câmara tem devidamente identificado o património que o município tem e provavelmente, eu não posso fazer esta afirmação em absoluto, mas provavelmente este ano a situação estará resolvida. Como dizia o João e isso é importante perceber, temos ainda de há vinte e tal anos, antes de eu ser presidente da Câmara, andamos a descobrir situações que não tínhamos indicadores objectivos. Ainda há poucos dias fizemos duas escrituras de justificação notarial. E isto acontece aqui e acontece no país todo em todas as Câmaras. O nosso propósito é de efectivamente resolver o problema, não temos qualquer objecção em fazê-lo, nem esconder o que quer que seja.» -----

----- E foi assim apreciado o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação conforme estabelece a alínea c), do número dois do artigo cinquenta e três e o número dois do artigo quarenta e nove, da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

----- QUINTO PONTO – Empréstimo a longo prazo até 1.578.255,00€ destinado a investimentos contratados com a gestão do Programa Operacional da Região Norte -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Utilizando uma expressão já muitas vezes repetida, vamos votar favoravelmente o empréstimo. Primeiro, já aprovamos um empréstimo de igual valor nesta Câmara; segundo, este empréstimo é fundamental para que a Câmara consiga assumir os seus compromissos e cumprir com eles. No entanto não deixa de ser verdade que estando o empréstimo aprovado, tendo a Assembleia Municipal passado para a Câmara, para o executivo o papel de conseguir levar a bom termo este empréstimo, por razões que os

documentos não clarificam totalmente, o empréstimo caducou e a Câmara negociou um empréstimo quatro por cento mais caro em termos de *spread*. Na reunião de Câmara o senhor vereador Agostinho Gaspar perguntou quanto é que isto teria de custos para as finanças do município. Não souberam responder. Neste momento alguém é capaz de responder, quanto é que custam estes quatro por cento a mais do empréstimo que vamos agora aprovar?» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Na declaração de voto o senhor presidente da Câmara e na informação que é prestada, diz porquê que este empréstimo não foi accionado atempadamente. Agora o senhor presidente também diz, eu li isto um bocadinho por alto, atrasos impossibilitaram a celebração atempada do contrato que era de seis meses. Isto foi por causa da administração central. Também diz o senhor presidente, foi aprovada a nova linha de crédito BEI que é do Banco Europeu de Investimento e uma das condições é a redução das taxas de juro em relação ao que está a ser contratualizado com a Caixa Geral de Depósitos. Porque se vier esse empréstimo através do Banco Europeu de Investimentos, o reembolso pode ser efectuado antecipadamente. Quer dizer a Câmara não vai pagar mais do que isso à Caixa Geral de Depósitos e depois este *spread* será diluído, julgo eu, no juro nominal, quer dizer que o juro vai ser inferior.» -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor Santos a condicional é utilizada com muita frequência nesta Assembleia. Sempre que se fala de contas... se for assim... se o banco de investimento der o dinheiro.... se o crédito vier assim... se formos reembolsados... Sempre que se fala de contas há sempre muitos “ses”. Em relação à taxa de juro e por aquilo que percebi dos documentos ela está indexada à euribor. Portanto a euribor é que vai mandar na taxa de juro e quem manda no *spread* é a Caixa Geral de Depósitos, mas há uma coisa que não se compadece com teorias, é a realidade, e a realidade é uma chatice, nós podemos tentar escondê-la, mascarar-la, ocultá-la mas ela aparece e é uma chatice. E a realidade que os documentos nos mostram é esta: no dia sete de Abril a Câmara recebeu um documento do BPI a dizer que eles já não estavam disponíveis por caducar o prazo para celebrar um contrato com a Câmara Municipal de Lousada, num crédito com um valor superior a um milhão e meio de euros. Nesse mesmo dia a chefe de divisão do serviço

financeiro da Câmara Municipal faz uma circular para directora a dizer que é necessário fazer um crédito novo, estamos a falar de uma quinta-feira, dia sete de Abril. No dia oito ou ainda no dia sete não consegui apurar pelos documentos que me mandaram, segue para os bancos de Lousada um pedido de crédito no valor de um milhão e meio de euros e dão como prazo o dia treze de Abril. Ora considerando as datas, deram três dias úteis para se tratar de um crédito destes. Podia não haver documentos, é verdade, mas eles estão aqui e a realidade é esta, é uma chatice. Ora quem procurar tratar um crédito destes em três dias úteis recebe como resposta, uma ignorância absoluta, olímpica da maior parte dos bancos, a maior parte deles nem se deram ao trabalho de responder porque os prazos apresentados para o crédito eram ridículos. Tanto que eram ridículos que a Câmara no dia seguinte teve de prolongar o prazo por mais vinte e quatro horas, são os documentos que o dizem. E claro a Caixa Geral de Depósitos apresentou uma proposta com um spread de cinco, ponto quarenta e oito. Ora quatro por cento a mais do que estava anteriormente contratualizado. É obvio que isto tem custos, é só fazer as contas. Eu admiro muito quem faz as contas nesta Assembleia. Raramente me ouviram a falar de contas aqui porque não é a minha área. Eu costumo falar só daquilo que percebo ou procuro perceber. Mas qualquer um de nós sabe que se nos subirem uma prestação em quatro por cento isso terá implicações fortíssimas nas finanças, no orçamento. Agora imaginem implicações num crédito de um milhão e meio de euros. Deram três dias para tratar deste crédito.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «É fácil de explicar esta realidade, contrariamente a esse discurso inflamado que está a fazer. Isso não tem sentido. Não sabe qual é o prazo que nós normalmente pedimos em relação aos empréstimos. Sabe qual é? Não sabe, normalmente é pedido com cinco, seis dias de resposta. Neste caso, porque tínhamos a Assembleia Municipal e os prazos para trazer este assunto exigiam-nos que tivéssemos brevidade, conforme a lei prevê. E em consequência disso fizemos a consulta aos bancos. A circunstância dos bancos não responderem não foi pelo tempo, sabe bem disso, como qualquer um de nós sabe, é a circunstância da banca estar em contenção. Nós como ainda temos uma capacidade significativa, a Caixa respondeu em função daquilo que é a atitude da banca nestes dias. A razão é esta. E quando se fala da questão da linha BEI. A linha BEI só foi regulamentada, só saiu a legislação anteontem em Diário da República e tem condições mais favoráveis em termos das taxas de juros e do spread. Qualquer município que tenha

candidaturas ao QREN pode aceder a esta linha, aliás, o que fizemos já em anos anteriores, aproveitamos precisamente esta possibilidade que bons resultados deram ao Município. Vai ser precisamente uma das nossas apostas, diminuir o montante que a Caixa Geral de Depósitos nos apontou. Por outro lado é muito provável, como eu referi na reunião de Câmara que o montante que a Câmara necessitará de utilizar seja inferior, e porquê? Porque na altura que apresentamos a candidatura e ela foi aprovada a taxa de comparticipação comunitária era de setenta por cento e neste momento no mínimo é oitenta e poderá ser oitenta e cinco. É provável, muito provável que o dinheiro que vamos utilizar, seja muito inferior àquele que hoje estamos a falar. O tempo vai confirmar isso. Portanto quando se diz: quais são os custos? Não podemos dizer em absoluto neste momento.» -----

----- De seguida foi posto à votação a proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada autorização para contrair um empréstimo à Caixa Geral de Depósitos até ao valor de € 1.578.255,00€ (um milhão quinhentos e setenta e oito mil duzentos e cinquenta e cinco euros), destinado a investimentos contratados com a gestão do Programa Operacional da Região Norte, em conformidade com o estabelecido na alínea d) do nº 2 e nº 7 do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o nº6 do art. 38º da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro” -----

----- A proposta número dois foi aprovada por unanimidade de quarenta e oito votos. -----

----- SEXTO PONTO - Relatório anual de actividades e avaliação da Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens -----

----- Os membros desta Assembleia tomaram conhecimento do Relatório Anual de Actividades e avaliação da Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens do ano de 2010, cumprindo a alínea h) do nº 2 do art. 18º coadjuvado pela alínea d) do art. 24º da Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, actualizada pela Lei 31/2003 de 22 Agosto. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Intervenção da Sr.^a. Helena Moreira: «Eu só queria por uma questão. Tenho vindo a debater com o senhor presidente da Câmara por causa das

limitações das freguesias entre Ordem e Covas. Eu sou de Covas há vinte e seis anos, o senhor presidente sabe muito bem, não sei porquê que o prédio ao lado do meu tem dois números de porta, um atribuído pela Junta de Covas e outro pela Junta de Ordem. Fui aos CTT e fui informada pela chefe dos serviços de distribuição que não haveria mais problemas com a distribuição do correio desde que os moradores do prédio referido actualizassem as moradas. No entanto, gostaria que me fosse esclarecido o porquê deste prédio ser considerado de parte da freguesia da Ordem quando se encontra numa posição superior ao meu que é de Covas.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Eu ouvi minimamente. Já falamos uma ou outra vez sobre esta matéria. Há um problema entre duas freguesias vizinhas, Covas e Ordem, e em relação esta matéria, esta Assembleia poderá fazer aquilo que fez há vinte e tal anos ou mais até. Retomar o assunto conforme ele foi naquela altura evidenciado. A nível de limitação de concelhos sai todos os anos a CAOP- Carta Administrativa Oficial de Portugal onde é definido o limite dos concelhos com algum rigor. Em relação à delimitação das freguesias a carta não é rigorosa, nem o instituto que faz esta abordagem tem garantias do seu rigor. A CAOP nessa matéria, em termos de limitações de freguesias, é meramente indicativa, e por isso é provável que estes assuntos aqui e acolá, quando não há acordo entre as respectivas Juntas de Freguesia ocorram. Este problema existe, não sei se é verdade esta afirmação, mas ao que sei, essas circunstâncias foram-me transmitidas por carta há pouco tempo, julgo que há três semanas, vi uma carta de um escritório de advogados a comunicar que o processo transitaria para tribunal, no sentido de se definir quem tem ou não razão sobre a questão da limitação. E é óbvio que a Câmara tem de se conformar com a decisão do tribunal, porque é a entidade competente para decidir de quem é o quê. O que nos parece oportuno neste momento dizer é que em relação aos elementos que temos estamos disponíveis para os fornecer para o tribunal decidir. Mais do que isso ... lamentamos que o problema exista. Penso que a diferença é muito pouca mas temos que aceitar que o problema existe e não é fácil de ultrapassar neste momento. A Câmara não tem instrumentos para poder resolver. Esta Assembleia em tempos, como disse aqui, sobre esta matéria fez um trabalho exaustivo, teve uma comissão para o efeito que fez um relatório sobre essas circunstâncias. Aparentemente nunca foi assumido por uma e outra freguesia ou pelas Assembleias de Freguesia, não tenho a certeza se isto é verdade ou não, mas que serviu sempre para delimitar ou pelo menos definir de quem era o quê. Neste

momento as circunstâncias não são essas e esperemos que o tribunal decida. Nós Câmara não somos parte do problema, Quem tem sido parte do problema e de algum modo não tem tido uma atitude correctiva, têm sido os CTT que têm provocado esta celeuma que às tantas era evitável. A Câmara com as chefias dos CTT já reuniu, eu pessoalmente, pelo menos duas vezes, para apelarmos a que eles encontrassem uma solução, pelos vistos ainda não conseguiram resolver o problema.» -----

----- Faltou à sessão o seguinte membro: -----

----- José Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira. -----

----- Não têm direito à senha de presença porque não estiveram presentes em pelo menos cinquenta por cento do tempo total da sessão os seguintes membros: Alberto Oliveira e Jorge Manuel Neto. -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da acta minutada que fica apensa a esta acta e que foi aprovada por unanimidade de quarenta e oito votos. -----

----- Eram vinte e quatro horas quando foi dada por encerrada a sessão. -----

A MESA
